

CRIAÇÃO DO SABER: *experiências de Escolas de Trabalhadores que realizam princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire*¹

*Osmar Fávero*²

Resumo: Com base nos documentos produzidos pelo Conselho das Escolas de Trabalhadores - CET, em seus seminários anuais, realizados no período 1979 a 2009, e nas “oficinas pedagógicas”, promovidas nos anos de 2000 para aprofundar os estudos sobre alguns cursos, este artigo historia e analisa a proposta dessas escolas, que tiveram forte expressão desde o início dos anos de 1970, em vários estados brasileiros. Mostra a grande aproximação das premissas assumidas na proposta pedagógica dessas escolas com a pedagogia de Paulo Freire, embora este não seja explicitamente citado nos documentos definidores da referida proposta. Exemplifica o que designa como “nova pedagogia” com algumas referências à experiência-matriz do Centro de Trabalho e Cultura - CTC, do Recife, responsável pela sistematização da metodologia designada como *Criação do Saber*.

Palavras-chave: Conselho das Escolas Trabalhadoras; Paulo Freire; Centro de Trabalho e Cultura.

Advertência

Este artigo não é original, mas uma síntese dos textos fundamentais produzidos pelo CET - Conselho de Escolas de Trabalhadores.³ Minha intenção é mostrar que, embora não diretamente referida à pedagogia de Paulo Freire, as

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no VIII Colóquio Internacional Paulo Freire, promovido pelo Centro Paulo Freire e realizado no Recife de 19 a 21 de setembro de 2013. Os destaques relativos ao CTC - Centro de Trabalho e Cultura, anunciados no primeiro parágrafo, são decorrentes de entrevistas realizadas com seus monitores, dias antes do referido colóquio. Foi conservado o tom oral da exposição.

² Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

³ Agradeço a Beatriz Costa a indicação dos textos referidos e sua rica entrevista, situando-os e comentando-os.

experiências incorporam e atualizam princípios fundamentais de sua pedagogia, em especial o conceito de emancipação. A não citação das obras de um autor, ou de nenhum autor, em uma atividade concreta ou em uma série de atividades, realizadas em função de uma opção pessoal, ou, no caso, de uma opção coletiva, em geral expressa em uma “carta de princípios”, em nada diminui a importância desse autor ou desses autores. Faz parte de um movimento ideológico que assume e realiza aqueles princípios como “algo comum a todos”, expresso de maneira particular nas configurações assumidas pela experiência.

1. Os conceitos

O princípio fundamental do primeiro livro de Paulo Freire, *Educação como prática da liberdade*, como o próprio título indica, é *liberdade*: liberdade de a pessoa viver uma vida propriamente humana. Deste princípio decorre a necessidade de o conhecimento ser *emancipatório*, isto é, fornecer os elementos para entender e criticar a realidade em que vive e aprender o essencial para mudá-la a seu favor.

Este princípio não é assumido exclusivamente por Paulo Freire. No começo dos anos de 1960, quando ele o expressou em suas experiências de alfabetização e imaginou-o como alicerce de amplo sistema de educação de adultos, estava presente também, por exemplo, na ideologia que alimentava os grupos mais avançados da Ação Católica, em particular a JOC - Juventude Operária Católica e a JUC - Juventude Universitária Católica. O mérito de Paulo Freire foi tê-lo colocado na base de sua pedagogia e propor uma sistematização de como realizá-lo na prática educativa. Este modo de trabalhar, no entanto, já estava presente, pelo menos em parte, em alguns dos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos de 1960, em especial no MEB - Movimento de Educação de Base, os quais também assumiram aquela sistematização.

Investindo contra o formalismo da escola, Paulo Freire rejeita o “saber bancário” e o autoritarismo dos professores, propõe substituir a escola pelo “círculo de cultura” e o professor pelo “animador”, cuja função seria promover o “diálogo” com os educandos e entre eles. Para que isto ocorra, principalmente na educação de

adultos, é preciso partir-se da realidade vivida, criticando-a para transformá-la. Daí a valorização dos “saberes de experiência feitos” e a assunção da categoria práxis, configurada em termos pedagógico-políticos.

No Brasil, essa “pedagogia revolucionária” foi mantida e enriquecida mesmo durante o período do governo autoritário, em experiências realizadas à margem do Estado, sob a salvaguarda das Igrejas católica e protestantes, inclusive quanto a seu financiamento por meio das agências de colaboração internacionais a elas ligadas. Uma dessas experiências é a das Escolas de Trabalhadores.

2. Breve histórico

Na década de 1970, na conjuntura do *Milagre Brasileiro*, estava em plena execução ampla gama de projetos do Ensino Supletivo, coordenados pelo Ministério da Educação e Cultura, e o ambicioso programa do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, gerido por uma fundação que contava com vultosos recursos provindos de percentagem da Loteria Esportiva e descontos do Imposto de Renda efetuados por empresas. Também o Ministério do Trabalho desenvolvia um programa de treinamento designado Pipmo - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra. A hegemonia da educação profissional, no entanto, estava com o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, uma agência da Confederação Nacional da Indústria que adotava, em seus cursos, a metodologia do *ensino programado*. Em reação a esses programas e percebendo a importância da educação dos trabalhadores para o processo de mudança social, vários grupos de operários, alguns provindos da JOC, iniciaram um trabalho no campo da formação profissional, aliando à educação da técnica a formação política.

A partir de 1979, apoiado pela agência Capina – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa, passaram a ser realizados seminários anuais com a participação das Escolas de Trabalhadores existentes. Em busca da unidade na diferença, e respeitando a autonomia de cada grupo, o objetivo desses seminários era reunir essas escolas em um esforço comum para a construção de uma alternativa de educação da classe trabalhadora, visando a:

- desenvolver o pensar crítico e criativo como base de uma prática

operária comprometida com os interesses de classe, buscando a formação de sujeitos transformadores da sociedade;

- promover a reapropriação e recriação do saber expropriado historicamente dos trabalhadores;
- implementar uma política abrangente que não fracione o operário enquanto homem, enquanto trabalhador ou enquanto cidadão, incentivando a criação de relações de solidariedade, união, igualdade e democracia;
- desenvolver a autonomia e praticar o exercício coletivo do poder, contribuindo para a gestão de homens novos e mulheres novas;
- reforçar o movimento dos trabalhadores em seu processo de lutas e em suas formas de organização. (CET, 1989).

Foi decidido, desde o primeiro momento, que as principais premissas consideradas na educação dos trabalhadores seriam: a valorização da experiência e dos conhecimentos de cada um, recriando, a partir deles, os novos conhecimentos; a desmistificação da figura do professor; o poder que se atribui ao conhecimento e o conhecimento que se atribui ao poder; a construção conjunta de conhecimentos e habilidades; a recuperação dos conhecimentos que, criados a partir do próprio trabalho, tinham o acesso vedado aos trabalhadores.

As escolas que compuseram o inicialmente designado Conselho de Escolas Operárias, depois o CET - Conselho de Escolas de Trabalhadores foram: CTC - Centro de Trabalho e Cultura (Recife/PE); AST - Ação Social Técnica (Belo Horizonte/MG), CADTS - Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico e Social (São João de Meriti/RJ), Colégio Graham Bell (Rio de Janeiro/RJ), CEEP - Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (São Paulo/SP), CPA - Centro de Profissionalização de Adolescentes (São Paulo/SP), CESPÁ - Centro Educacional São Paulo Apóstolo (São Paulo/ SP) e Escola José César Mesquita (Porto Alegre/RS). Várias dessas escolas encerraram as atividades, outras continuam; algumas evoluíram para as experiências da Economia Solidária.

De 1979 até 2009, o CET realizou seminários anuais. No início dos anos 2000, levando em conta que esses seminários não estavam possibilitando exame mais aprofundado dos cursos de uma mesma área técnica, foram realizadas também três “oficinas pedagógicas”, com o pessoal envolvido nos cursos de Eletricidade, Eletrônica, Mecânica e uma quarta sobre Economia Popular Solidária.

No site <http://www.oficinapedagogica.com.br/index.php>, muito bem organizado, estão disponíveis os relatórios dos seminários, do projeto e da proposta

do Conselho de Escolas de Trabalhadores, assim como textos de fundamentação e de análises de conjuntura. Dispõe-se também de uma série impressa, intitulada “Memórias das Oficinas Pedagógicas”, reunindo os depoimentos e reflexões feitas nessas “oficinas”, além de três publicações específicas, produzidas pelo próprio CTC: *Criação do Saber*, texto gerador de sua experiência-matriz, já citada; *CTC: 35 anos criando saberes*, organizada por Ivandro da Costa Sales e publicada em 2002; e *Zerbini: oficina associada que rima trabalho com educação*, organizada por Beatriz Costa.

3. Perspectivas assumidas

Em um seminário realizado em setembro de 1995, no Rio de Janeiro, foi definida a *Plataforma do Conselho de Escolas de Trabalhadores*. A partir de uma análise do momento vivido, da importância e do direito à educação para cidadãos trabalhadores, o Conselho assumiu, em primeiro lugar, uma opção fundamental a respeito do papel da tecnologia nas escolas de trabalhadores:

As modernas tecnologias mudam rapidamente. Quanto a isto as escolas de trabalhadores têm duas opções a fazer. Ou correr atrás dessas mudanças, para o que não haveria recursos, ou, antes, buscar o domínio dos princípios que as regem. Essa segunda opção possibilita não só o aprendizado rápido das mudanças, como também a sua crítica, a análise de seus impactos, e a abertura para a criação de alternativas. Mas, mesmo para isto, exigem-se máquinas e equipamentos compatíveis. (CET, 1995, p. 5).

Em seguida, o CET define formação política. Tomando como base que o direito à cidadania é um direito que se adquire pela participação no trabalho social, e considerando o conhecimento condição necessária ao pleno exercício da cidadania, afirma não poder ser negligenciado o domínio de um currículo mínimo de conhecimentos que garantam a inserção no mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista do exercício profissional quanto da participação democrática.

Este currículo mínimo compreenderia:

- Linguagens: matemática, informática, língua brasileira, línguas do bloco continental e expressões artísticas.
- Estudos da história dos trabalhadores, da história da ciência e da técnica, da geografia social e da antropologia.
- Ciências físicas, químicas e biológicas. (CET, 1995, p. 6-7).

Afirma ainda que não pode ser negligenciado o debate, de forma interligada,

a respeito das relações sociais, nas relações com o meio ambiente e nas relações consigo próprio (*op. cit.*, p. 6-7).

É a partir desses referenciais que é definida a questão pedagógica – ou melhor, definida uma “nova pedagogia” –, como um processo caracterizado pela:

- valorização das experiências acumuladas que cada um traz;
- construção conjunta e intercomplementar das habilidades, conhecimentos e condutas;
- desmitificação da absolutização do conhecimento e da carga de poder que a esta se associa;
- ação ligada à reflexão e à intervenção social;
- construção da autonomia, o exercício do poder compartilhado e a invenção de novas formas de representação;
- abertura à crítica, à reciclagem e à reinvenção;
- permanente avaliação;
- responsabilização e envolvimento dos alunos e ex-alunos em relação ao empreendimento social no qual se constitui cada uma das Escolas de Trabalhadores. (CET, 1995, p. 7).

Observa-se que a perspectiva teórica dessa “nova pedagogia” estava perfeitamente alinhada ao que se propunha, em termos da educação permanente, desde os anos de 1970:

Este processo, portanto, não se limita apenas ao aprender, como se o aprendizado conjuntamente construído fosse já o ponto de chegada. Ele se estende ao aprender a aprender, a criticar o aprendido e a se abrir para novas criações, em um processo pedagógico no qual todos são, por igual, autores e efetivamente participantes. (Ibidem).

Encontram-se aqui os primeiros pontos de contato com a pedagogia de Paulo Freire: a valorização do conhecimento que cada um traz de sua experiência de vida e de trabalho; a construção conjunta de conhecimentos e habilidades; a certeza que o tempo de discussão é um tempo para pensar e que o raciocínio iguala a todos; a discussão da política aliada à discussão da técnica, pois esta não é neutra; a perspectiva de que a formação plena do trabalhador é a formação do cidadão. Por sua vez, em consideração e respeito às diferenças pessoais, base para a construção da igualdade entre todos, parte-se da história de cada um, essencial para aproximação entre todos e criação de um ambiente de solidariedade. Nesse conjunto, como designado, o monitor é igual e desempenha as funções de animador.

As dimensões maiores a serem trabalhadas com os alunos: a questão do poder e a dimensão de classe podem ser consideradas enriquecimentos à pedagogia de Paulo Freire, tendo como base, respectivamente, contribuições de Foucault e

Gramsci. Mas também estes, assim como Paulo Freire, não referidos nos documentos do CET ou das “oficinas pedagógicas”.

4. Práticas realizadas

Tomo como referência para a redação desta seção o importante documento-síntese *Uma pedagogia para a educação de cidadãos trabalhadores* que, elaborado a partir das referidas *Memórias das Oficinas Pedagógicas*, apresenta “uma seleção das discussões e reflexões ali apresentadas, compondo-as de modo a mostrar da melhor maneira possível as características mais significativas da proposta pedagógica das escolas”. (CET, 2004, p. 1).

Como outros textos decorrentes dos seminários, a seleção referida é composta das falas mais significativas dos participantes das oficinas, ordenadas por temas. Esta ordenação será obedecida na sequência abaixo e a redação seguirá de perto as formulações feitas no documento-síntese.

4.1 Educação de cidadãos trabalhadores

O objetivo das escolas é possibilitar aos alunos o acesso aos conhecimentos básicos à formação para o trabalho e para continuar a estudar. Ao mesmo tempo, visa a possibilitar-lhes desenvolver uma posição política sobre como intervir na sociedade, usando os conhecimentos adquiridos.

4.2 Criação e recriação conjunta do saber

São retomados os referenciais que definem o que estou chamando de “nova pedagogia”, com destaque para a valorização do conhecimento que cada um traz da experiência de vida e de trabalho, ponto de partida para a construção/reconstrução conjunta de conhecimentos e habilidades. Considerando que o tempo de discussão é tempo para pensar e que o raciocínio iguala a todos, é assumido como procedimento didático a *perguntação*: partir do sabido, justificar o afirmado, corrigir o errado, fixar o

correto, motivar as discussões do grupo e a troca de experiência. Importante também ensinar a terminologia técnica e conhecer o significado pedagógico do material didático como um material de pesquisa; o quadro negro, em particular, é utilizado como um caderno coletivo, um instrumento para fazer as coisas coletivamente.

Os programas dos cursos são colocados como proposta para os alunos. Pode não ser discutida e alterada em um primeiro momento, principalmente pelos jovens que ainda não têm experiência profissional, mas é periodicamente avaliada e revista ao longo do curso, tendo em vista melhor execução, atualização ou aprofundamento. Conta-se com a colaboração de ex-alunos para a avaliação e o aperfeiçoamento dos programas, ano após ano. Por sua vez, a realização do previsto depende sempre do nível da turma, trabalhando-se com flexibilidade.

É fundamental para isto a competência e o compromisso dos monitores. No caso do CTC, atualmente a maioria é composta por ex-alunos e todos são voluntários.

4.3 Consideração e respeito às diferenças

Desde a seleção, pelo menos no caso do CTC, são levadas em consideração as diferenças. Embora o critério mais forte seja a referência dos alunos e ex-alunos, são preparadas cartas convites para os possíveis candidatos, distribuídas pelos mesmos alunos e ex-alunos, nas fábricas e outras empresas; são feitas entrevistas a partir de um pequeno questionário, que dá base para os critérios de escolha: menor salário, se casado, se ajudante ou profissional; aplicadas provas coletivas de português e matemática para os candidatos de todos os cursos.

Após a seleção, para garantir um nível mínimo que permita o acompanhamento dos cursos, seguem-se algumas aulas “de nivelamento”, também elas coletas e já baseadas na metodologia de ensino participativa e de ajuda mútua. Em sala de aula, desde a apresentação dos alunos na primeira aula, é o primeiro momento da criação de um ambiente de solidariedade. Esta vai do incentivo a um aluno tímido para se manifestar até a ajuda de um colega mais experiente aos que tem alguma dificuldade de aprender. Procura-se criar um ambiente de tranquilidade e alegria na sala de aula. Trabalha-se junto a necessidade de aprender, o que

compromete todos os alunos e também os monitores, à medida que eles não se colocam como “donos do saber”.

4.4 A política no estudo na técnica

Percebe-se, pelos relatos, que inicialmente a formação técnica e a formação política caminhavam justapostas. Mesmo quando foram realizadas as “oficinas pedagógicas”, no início dos anos de 2000, embora se partisse da afirmação que a técnica não era neutra, ainda indicavam-se dificuldades de conseguir uma formação integrada. Mas o caminho percorrido revelava-se bastante promissor, buscando ganchos para a discussão política da técnica. Por exemplo: explorar a relação entre a história das máquinas e a história da industrialização no Brasil; discutir as instalações elétricas e o processo de geração e do uso adequado da eletricidade; mostrar a relação da eletrônica com a comunicação e o uso desta como ferramenta política; alertar para os problemas ecológicos, estudando caminhos inovadores etc.

Na perspectiva política de transformação da sociedade, dá-se um destaque especial à construção de formas alternativas de trabalho e à capacitação para geri-las. A proposta é clara: formar trabalhadores como mestres e prepará-los para a função de dirigentes. Nesse esforço e também por necessidade de manutenção dos cursos, algumas escolas foram se aproximando cada vez mais da Economia Popular Solidária.

Nesta mesma perspectiva, as escolas cuidam que seu funcionamento seja democrático. Todos os procedimentos são discutidos por todos e as decisões são tomadas em assembleia pelo coletivo dos alunos. E todos assumem as tarefas relativas ao funcionamento dos cursos: caixinha para as despesas comuns, limpeza das salas e banheiros, lavagem dos pratos, etc. A própria seleção é facilitada pela indicação de candidatos pelos próprios alunos e ex-alunos.

No caso do CTC, duas práticas chamam a atenção: a força das assembleias e o funcionamento da “cozinha”. É o coletivo dos alunos, reunidos em assembleia, que fixam as decisões fundamentais relativas ao funcionamento dos cursos: o calendário, a frequência mínima (nos últimos anos é exigida nada de menos de 90% de

presenças, tanto nas aulas teórico-práticas, quanto nas de formação política!); o caráter político das festas coletivas (junina e de conclusão do curso), na medida em que são planejadas por todos e se possibilitam a participação dos familiares.

A cozinha é a prática que mais concretiza a participação no cotidiano do CTC. Um “caixinha” inicial possibilita a compra dos mantimentos, uma cozinheira é paga pelo Centro. Um modesto jantar é oferecido a todos em uma mesa, com a indicação dos preços de cada prato e de cada acompanhamento. Os alunos e os monitores fazem sua refeição, lavam os pratos e os talheres, calculam quanto gastaram e fazem o pagamento em uma gaveta sobre uma mesa. Uma comissão de alunos encarrega-se da arrumação final e semanalmente faz o levantamento das necessidades. O balanço financeiro é comunicado e debatido em sala de aula. Afirma-se que são muito raros os problemas de desonestidade e de roubo e mesmo de resistência às tarefas de limpeza da cozinha e dos banheiros, posturas que passam a ser assumidas no ambiente familiar e de trabalho.

4.5 A avaliação

A prática da avaliação tem um significado especial. Há notas dadas para cada tarefa, pelos próprios alunos. São feitas provas ao final de cada unidade, como instrumento revelador do domínio do conteúdo aprendido; em caso de dúvidas e dificuldades, retorna-se ao já ensinado, mas não aprendido. O erro é assumido como um momento especial: o certo muitas vezes é aceito como algo definitivo, o erro exige a discussão e a reformulação do problema, na perspectiva de uma verdade provisória.

É levada em conta a participação dos alunos, em termos de presença e contribuição às discussões. Compõem-se notas individuais com notas de grupos, transformadas em conceitos. Esses procedimentos adotados são comuns a outros tipos de escola; mas, no caso das Escolas de Trabalhadores, também eles são realizados como parte do processo de formação. Embora os certificados nem sempre sejam oficiais, a certificação é bastante valorizada pelos alunos e reconhecida pelas empresas.

Revela-se extremamente criativo, em especial, o processo de avaliação das oficinas, especialmente no CTC. No curso de Eletrônica, a proposta é avaliar o aprendizado teórico a partir da prática realizada. Projetos elaborados em pequenos grupos são executados individualmente; examinados por outrem para verificar se bem explicados; em seguida, os monitores introduzem “erros”, que devem ser não simplesmente “reparados”, mas localizados e explicados teoricamente. Leva-se até 15 dias para a realização de uma prova bastante participada, o que se converte em uma rica “situação de aprendizagem”.

É, nesse conjunto de práticas, que se encontra a maior aproximação com a pedagogia de Paulo Freire: a valorização do “saber de experiência feito”, como apontada anteriormente; a postura de respeito aos alunos e a criação da solidariedade do grupo, em todas as atividades das escolas; o papel do monitor, também já destacado anteriormente; a criação de um clima de alegria nas aulas; a reflexão e o estudo sistemático a partir da prática; a dimensão política do trabalho, tendo como horizonte a transformação da sociedade, a partir do aqui e do agora. Transcrevo uma rara referência a Paulo Freire:

Trabalhar muito a questão da provocação: provocar situações que desencadeiem a reflexão, o diálogo, o aprendizado.

A formação política passa pela grande questão didática do ensino e do aprender. Lembrando o pensamento de Paulo Freire, que disse que “o aprender é concreto e o ensino é meio vago”. Muitas vezes quando alguém de nós pensa estar ensinando, na verdade, a preparação daquele ensinar foi um longo aprendizado e o produto daquele ensinar traz ainda mais novos aprendizados, partir daqueles que estão aprendendo. É uma acumulação; é a vida.

Paulo Freire fala também da poesia no nosso trabalho. É consenso entre muitos educadores que a palavra saber tem um fundo de sabor, de gosto. O saber é o conhecimento aplicado, o conhecimento posto em prática. É esse sabor de fazer as coisas, ou este saber fazer com tanto prazer a nossa ação educativa e, em muitos momentos, também a nossa ação profissional no mundo do trabalho, as nossas tarefas domésticas. (CET, 2009, p. 44).

5. Tipos de cursos e apoios financeiros

Nos relatos dos seminários realizados, os cursos destinados aos operários e

aos jovens filhos dos operários mais citados são os de mecânica, mecanografia, eletricidade e eletrônica. Esporadicamente são citados, ainda nos anos de 1970: um curso supletivo de 1º grau nas áreas de eletricidade e mecânica e cursos pré-profissionais para meninos e meninas de rua. Atualmente o CTC oferece um curso designado Escritório Informatizado.

Sabe-se que durante alguns anos o financiamento veio das agências de cooperação internacional. É relativamente frequente a referência a convênios com prefeituras, registrando o problema da curta duração desses convênios, comprometendo o projeto dos cursos e causando a não fixação dos monitores. Mais forte, no entanto, são as iniciativas de autossustento, por meio da realização de atividades produtivas e criação de oficinas. No caso do CTC, a oficina de Eletrônica, chamada Zerbini, constitui-se, ao mesmo tempo, fonte de recursos e oportunidade de conhecimento de novos equipamentos e novas tecnologias. Este acesso viabiliza aos monitores, ao mesmo tempo, a atualização pessoal e dos cursos.

O financiamento das escolas e dos cursos é muito discutido nos seminários. Em primeiro lugar, na linha de crítica às políticas públicas e ao modo de participação imposto dos/pelos programas oficiais. Questiona-se também a gestão privada do Sistema S, advogando uma gestão tripartida dos recursos a ele alocados. Em segundo, é evidente o temor dos convênios e parcerias castrarem o que é considerado mais importante do projeto: a formação ampla dos alunos como profissionais competentes e cidadãos conscientes e ativos. Como alternativa, nos últimos tempos, caminha-se na esteira das experiências da Economia Popular Solidária, estudando seus fundamentos e seus limites e experimentando suas formas de ação.

6. O problema da juventude

Várias escolas, além dos cursos para adultos, mantêm cursos para jovens. A discussão sobre o atendimento aos jovens esteve presente em vários seminários anuais, realizados no período 2002/2007, revelando, de um lado, as dificuldades da formação de jovens para um mercado de trabalho que não os recebe e, de outro, atualizando-se com a discussão sobre a problemática da juventude – ou das

juventudes –, provocada tanto pela criação da Secretaria e da Comissão Nacional de Juventude, junto à Presidência da República, quanto pela produção acadêmica, que se tornou mais visível no período.

Na esteira dessa produção e valendo-se da própria vivência das escolas, os relatórios afirmam impossibilidade de atender à juventude apenas pelo eixo do trabalho, inclusive porque muitos jovens não têm ainda experiência profissional, o que limita a metodologia usada com os adultos. O CET considera importante associar a dimensão cultural à formação profissional, realizar uma “escuta sensível” e entender as “faixas de vulnerabilidade” e, sobretudo, partir da afetividade para conquistar a confiança dos jovens.

Em termos de política, no caso dos jovens, o CTC enfrenta o problema da relação entre as escolas profissionais e as escolas regulares, entendidas como complementares, mas nem sempre efetivamente associadas. Também não é vista como pacífica a colaboração entre as escolas de trabalhadores e os programas oficiais, federais – como o ainda atual Projovem e os antigos Primeiro Emprego e Consórcio da Juventude – ou equivalentes estaduais. Pelo menos no caso do CTC, no Recife, nos últimos anos, sobretudo pela implantação do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo governo federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica, tornou-se problemática a concorrência dos cursos técnicos mais curtos e mais pragmáticos, alguns deles com bolsas de estudo e com a ilusória promessa de empregos.

No caso dos jovens, até mais que no caso dos adultos, o CET aborda um problema bastante caro a Paulo Freire: a dificuldade da leitura, buscando “formas prazerosas” de efetivá-la.

CREACIÓN DEL SABER: *experiencias de las escuelas de trabajadores que realizan los principios fundamentales de la pedagogía de Paulo Freire*

Resumen: Con base en los documentos elaborados por el Consejo de Escuelas de Trabajadores – CET en sus seminarios anuales celebrados en el período 1979-2009, y los "talleres educativos", promovido en 2000 a estudiar más a fondo algunos cursos, este artículo analiza históricamente y también analiza las propuestas de las escuelas que tenían expresión fuerte desde principios de 1970, en varios estados. Muestra la gran aproximación de las hipótesis formuladas en estas escuelas en sus propuesta pedagógica, con la pedagogía de Paulo Freire, aunque esto no se menciona explícitamente en los documentos definitorios de la propuesta. Presenta un ejemplo de lo que él llama una "nueva pedagogía" con algunas referencias a la experiencia fundadora del Centro de Trabajo y Cultura, en Recife, responsable de la metodología sistemática conocida como *Creación del Saber*.

Palabras clave: Consejo de Colegios de Trabajadores; Paulo Freire; El Centro para el Trabajo y la Cultura.

Referências

CTC – CENTRO DE TRABALHO E CULTURA. **Criando o saber**. Recife: CTC, 1988.

CET – CONSELHO DE ESCOLAS DE TRABALHADORES. **A questão política da aprendizagem profissional**. Documentos do CET. Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php>, acesso em ago. 2013. Publicado também no *Caderno CEDI* n. 6, set. 1980.

_____. **Formação profissional e políticas públicas em seminários do CET (2002/2003/2007)**. Documentos do CET. Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php>, acesso em ago. 2013.

_____. **Juventude em seminários do CET (2005/2006/2007)**. Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php/Documentos do CET>, acesso em ago. 2013.

_____. **Plataforma de educação para cidadãos trabalhadores – 1995.** Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php> Documentos do CET, acesso em agosto de 2013.

_____. **Relatório do Seminário sobre Educação Operária em junho/julho de 1989.** Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php> Documentos do CET, acesso em ago. 2013.

_____. **Trabalho solidário e educação política.** Rio de Janeiro: Capina, 2009.

_____. **Uma pedagogia para a educação de cidadãos trabalhadores – 2004.** Disponível em <http://www.oficinapedagogica.com.br/site/index.php> Biblioteca: Textos das Oficinas Pedagógicas do CET, acesso em ago. 2013.

COSTA, Beatriz (org.). **Zerbini:** oficina associada que rima trabalho com educação. Rio de Janeiro: Capina, 2005.

_____. **Entrevista sobre o CTC e as “oficinas pedagógicas”**, concedida a Osmar Fávero e Gérson Tavares, em 28 de junho de 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 1ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 1ª ed. brasileira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SALES, Ivandro da Costa (org.). **CTC: 35 anos criando saberes.** Recife, Comunigraf, 2002.

SPINELLI, Mônica dos Santos. **Que escola é esta? É a escola do trabalhador.** Estudo sobre o Centro de Trabalho e Cultura, Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Educação, 2010.